



APPACDM DE AVEIRO

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

10 de Março de 2018



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	99
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Activos Intangíveis	10
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
8	Rédito.....	11
9	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	11
11	Benefícios dos empregados	112
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	112
13	Outras Informações	12
13.1	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13
13.2	Clientes e Utentes.....	13
13.3	Outras contas a receber.....	13
13.4	Diferimentos	14
13.5	Caixa e Depósitos Bancários	14
13.6	Fundos Patrimoniais	15
13.7	Fornecedores	1515
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
13.9	Outras Contas a Pagar.....	16
13.10	Outros Passivos Financeiros.....	16
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
13.12	Fornecimentos e serviços externos	16
13.13	Outros rendimentos e ganhos	17



13.14 Outros gastos e perdas	17
13.15 Resultados Financeiros	18
13.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	18



1 Identificação da Entidade

A “APPACDM DE AVEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 126, Série II, com sede Rua Padre Luís Pereira, nº 1 – Azurva, 3800-737 Eixo, constituída por um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e três unidades residências em Santiago, S. Bernardo e Costa do Valado.

Este ano a Instituição acompanhou em todas as valências um total de 60 utentes e 10 formandos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2013 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2013 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os

efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2012) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais	
Des-reconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos - Subsídios	840.710,53
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	1.358.046,24

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	122.904,00

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível, a Entidade continuará a operar no futuro, não existindo intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das operações, mantendo a atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir os fins institucionais.

3.1.2 Regime do Acréscimo

As operações são reconhecidas quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados em contas de “Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são elaboradas em observância do princípio contabilístico da consistência.

3.1.4 Materialidade

Todos os acontecimentos e operações materialmente relevantes encontram-se registados e divulgados nas peças financeiras. A informação apresentada cumpre a exigência da materialidade e quantificação da omissão ou erro.

3.1.5 Compensação

Os saldos das contas são apresentados no activo e no passivo consoante os casos, não havendo compensação dos mesmos, conforme estabelecido pelas normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa divulgada nas Demonstrações Financeiras referente ao período anterior, cumpre o Princípio da Continuidade da Entidade e as políticas contabilísticas são aplicadas de forma consistente ao longo do tempo.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra adicionado de quaisquer outros valores directamente conexos destinados a colocar os bens na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual foram escriturados.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta de acordo o período de vida útil, em conformidade com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta de acordo o período de vida útil, em conformidade com a tabela constante do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

3.2.3 Activo e Passivo Correntes

Associados

Não existem quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, patrocinadores e associados que se encontrem em dívida no final do período.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de informação que aponte de forma objectiva e quantificável, que o saldo em dívida não será recebido na totalidade.

Os passivos financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos pelo valor da dívida e não possuímos valores em incumprimento.



Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui as disponibilidades de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição;
- resultados acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que, o governo, outro instituidor ou a norma legal aplicável ao benefício obtido, estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação.

À data de relato, não existem provisões registadas pois não existe conhecimento de eventuais perdas potenciais associadas aos saldos em aberto.

Relativamente a eventuais Passivos Contingentes não reconhecidos nas demonstrações financeiras, a Associação não tem conhecimento ou espera que venham a ocorrer quaisquer responsabilidades futuras.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os respectivos encargos financeiros foram reconhecidos em contas de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação é isenta de IRC nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. E os saldos das contas destas contas encontram-se relevados nas rubricas do balanço de acordo com a natureza do seu saldo.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram alterações de políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Activo tangível						
Terrenos e recursos naturais	62.656,65					62.656,65
Edifícios e out. construções	1.956.449,05	10.382,19	7.338,53			1.959.950,01
Equipamento básico	190.280,56	1.591,29				191.414,55
Equipamento de transporte	203.225,10					203.225,10
Equipamento administrativo	201.181,39	567,34				201.748,73
Outros Ativos fixos tangíveis	23.119,50					23.119,50
Imobilizações em Curso	404.270,64					404.270,64
Total	3.041.182,89	12.540,82	7.338,53	0,00	0,00	3.046.385,18
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e out. construções	766.440,68	41.719,64				808.160,32
Equipamento básico	187.134,86	2.662,12				189.796,98
Equipamento de transporte	203.225,10					203.225,10
Equipamento administrativo	200.198,79	1.157,33				201.356,12
Outros Ativos fixos tangíveis	23.119,50					23.119,50
Total	1.380.118,93	45.539,09	0,00	0,00	0,00	1.425.658,02

6 Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Activo Intangível						
Programas Computador	6.211,93	641,32				6.853,25
Outros Ativos intangíveis	27.600,00					27.600,00
Total	33.811,93	641,32	0,00	0,00	0,00	34.453,25
Depreciações acumuladas						
Programas Computador	6.211,93	641,32				6.853,25
Outros Ativos intangíveis	27.600,00					27.600,00
Total	33.811,93	641,32	0,00	0,00	0,00	34.453,25

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	178.080,19	178.080,19	0,00	331.837,75	331.837,75
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Outros Empréstimos						
Total	0,00	178.080,19	178.080,19	0,00	331.837,75	331.837,75

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos	178.080,19	10.951,93	189.032,12	331.837,75	22.549,65	354.387,40
Mais de cinco anos						
Total	178.080,19	10.951,93	189.032,12	331.837,75	22.549,65	354.387,40

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	181.324,66	175.012,93
Quotas e jóias	1.569,53	1.786,65
Serviços Gerais e Secundários	0,00	2.174,75
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	82,04	4,17
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	182.976,23	178.978,50

9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não aplicável.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
À Exploração	982.104,94	811.867,08
Apoios do Governo		
Ao Investimento	693.851,08	705.058,65
Total	1.675.956,02	1.516.925,73

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2016 foram, em ambos os exercícios, 5.

Os órgãos directivos não usufruíram nem usufruem de qualquer tipo de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 foi de 53.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	599.939,53	650.582,62
Benefícios Pós-Emprego		0,00
Indemnizações	1.524,12	670,29
Encargos sobre as Remunerações	133.564,95	125.026,41
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	6.346,43	5.232,01
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.029,95	32.186,28
Total	747.404,98	813.697,61

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Activo		
Outras operações	2.038,24	2.338,24
Total	2.038,24	2.338,24
Passivo		
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

13.2 Clientes/utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	24.558,47	24.558,47
Utentes	30.527,95	30.741,75
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	55.086,42	55.300,22

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Utentes	19.203,64	4.883,83
Total	19.203,64	4.883,83

13.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outras operações		
Outros Devedores	721,00	
Perdas por Imparidade		
Total	721,00	0,00

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Credores por acréscimo de gastos		
Electricidade, água, telefonia e gás	1.384,29	0,00
Total	1.384,29	0,00
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos	62.872,25	0,00
Total	62.872,25	0,00

13.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.100,16	1.054,53
Depósitos à ordem	58.083,94	98.558,72
Depósitos a prazo		
Outros		
Total	60.184,10	99.613,25

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	131.382,53	0,00	0,00	131.382,53
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	339.559,86	3.578,13	0,00	343.137,99
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	765.198,65	0,00	-11.207,57	753.991,08
Total	1.236.141,04	0,00	-49.885,00	1.228.511,60

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	60.734,07	16.645,13
Fornecedores títulos a pagar		0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência		0,00
Total	60.734,07	16.645,13

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10.271,82	0,00
Outros Impostos e Taxas	235,08	315,66
Total	10.587,48	315,66
Passivo		
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imp. sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	7.187,75	3.828,34
Segurança Social	32.437,34	37.940,72
Outros Impostos e Taxas	231,56	129,35
Total	41.727,12	41.898,41

13.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		84,83		56.394,38
Cauções				
Outras operações				5,63
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		25.461,38		34.899,40
Credores por acréscimo de gastos		176.736,57		
Outros credores		14.644,96		93.439,36
Total		216.927,74		184.738,77

13.10 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Empréstimos Bancários	178.080,19	331.837,75
Outros empréstimos		
Total	178.080,19	331.837,75

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	982.104,94	811.867,08
Subsídios de outras entidades		309,50
Donativos	37.617,09	39.787,93
Total	1.019.722,03	851.964,51

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos		
Serviços especializados	198.889,22	15.537,26
Materiais	10.416,00	5.573,72
Energia e fluidos	62.614,95	54.398,86
Deslocações, estadas e transportes	3.972,41	2.213,46
Serviços diversos	120.311,54	34.511,59
Total	396.204,12	112.234,89

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares		2.103,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	44,65	238,18
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários	3,26	
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		0,05
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	8.827,05	
Outros rendimentos e ganhos	52.940,45	44.171,83
Total	61.815,41	46.996,82

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	1.809,90
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	515,60	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	34.618,98	14.493,68
Total	35.134,58	16.303,58

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

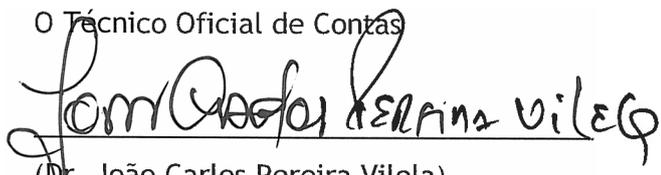
Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	9.667,02	19.843,12
Despesas bancárias	2.598,40	
Outros gastos e perdas de financiamento	1.767,37	3,10
Total	14.032,79	19.846,22
Juros e gastos similares obtidos		
Juros obtidos	82,04	4,17
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
Total		0,04
Resultados Financeiros	-13.950,75	-19.842,05

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

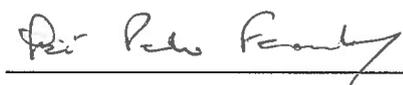
Não existem acontecimentos subsequentes á data de encerramento das contas que alterem materialmente as demonstrações financeiras.

Aveiro, 10 de Março de 2018.

O Técnico Oficial de Contas


(Dr. João Carlos Pereira Vilela)
39822

A Direção


(Eng. José Pedro Fernandes)


(Dra. Maria João Dias dos Santos)